



**Contrata  
Consultor  
na modalidade  
Consultor Individual**

**PROJETO 914BRZ1149 EDITAL Nº 03/2025**

**1. Perfil:** Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Geografia, História, ou áreas afins, com pós-graduação (Mestrado ou Doutorado) em qualquer área do conhecimento.

**2. Nº de vagas:** 01 (uma)

**3. Qualificação educacional:** Obrigatória: Graduação em cursos de Licenciatura em: Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Geografia, História, ou áreas afins, em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC e Pós-Graduação (Mestrado ou Doutorado) em qualquer área do conhecimento.

**4. Experiência profissional:** Obrigatória: Experiência mínima de 2 (dois) anos em um ou mais aspectos de apoio a projetos de educação escolar quilombola: elaboração, coordenação, gerência, docência, gestão, execução e/ou assessoria. Desejável: pertencimento étnico na condição de quilombola, residente ou não em comunidade quilombola (Quilombo) mediante apresentação da Declaração de Pertencimento Étnico-Racial. Desejável: experiência mínima de 02 com trabalho *in loco* em território quilombola para implementação de políticas públicas voltadas para populações quilombolas.

**Habilidades e conhecimentos:**

Adequação ao perfil e domínio nas atividades previstas no edital.

Desenvoltura na articulação de temas e ideias ao responder.

Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.

**5. Atividades:**

a- Participar de reuniões.

b - Dialogar com a equipe da Coordenação-Geral do Programa Dinheiro Direto na Escola (CGPDE).

c- Pesquisa sobre a implantação do PDDE nas escolas com estudantes quilombolas.

d -Estudo da assistência técnica do PDDE;

e- Proposição de novas estratégias de assistência técnica do PDDE para as escolas quilombolas;

f- Organização e diagnóstico dos dados das capacitações para as escolas quilombolas;

g- Realização de entrevistas e/ou outras metodologias de aferição da percepção dos atores envolvidos nas capacitações dos Cecampes;

h- Análise dos materiais utilizados nas capacitações;

i- Participação de eventos de capacitação para escolas quilombolas.

j- Análise das capacitações realizadas pelos Cecampes voltadas para as escolas quilombolas;

k -Pesquisa de estratégias de capacitação em políticas públicas passíveis de serem aplicadas ao PDDE nas escolas quilombolas.

**6. Produtos/Resultados esperados:**

**Documento técnico “1”** contendo diagnóstico da implantação do Programa Dinheiro Direto na Escola e suas Ações Integradas em municípios e escolas com estudantes quilombolas.

**Documento técnico “2”** contendo propostas de aprimoramento das estratégias de assistência técnica do Programa Dinheiro Direto na Escola e suas Ações Integradas de forma a ampliar o alcance para os estudantes quilombolas.

**Documento técnico “3”** contendo relatório de avaliação das capacitações sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola e assessoramento técnico para as escolas quilombolas e secretarias de educação realizadas pelos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas

Educacionais – CECAMPE.

**Documento técnico “4”** contendo manual de uma política de capacitação para as escolas quilombolas com vistas a ampliar a cobertura e a efetividade, abrangendo diferentes estratégias de capacitação pelo FNDE ou em parceria com outras instituições.

**7. Local de Trabalho:** O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

**8. Duração do contrato:** 09 meses

**9.1 Análise curricular:**

a) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;

b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;

c) Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.

d) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência

e) As candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

f) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

g) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;

h) O candidato precisará obter, no mínimo, 50 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

**9.2 Entrevista:**

a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;

d) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;

e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;

f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

**9.3 Análise documental/Convocação:**

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail 914BRZ1149@fn.de.gov.br;
- d) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- e) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- f) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- g) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

#### **Critérios de desempate**

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de certificados de participação em consultoria;
- b) O Candidato que tiver obtido a maior pontuação/tempo de experiência na soma dos seguintes requisitos:
  - Experiência em um ou mais aspectos de apoio a projetos de educação escolar quilombola: elaboração, coordenação, gerência, docência, gestão, execução e/ou assessoria; e
  - Experiência com trabalho *in loco* em território quilombola para implementação de políticas públicas voltadas para populações quilombolas.
- c) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de entrevista.

#### **10. Recursos e questionamentos:**

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

#### **11. Disposições gerais:**

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação-Geral do Programa Dinheiro Direto na Escola por meio eletrônico, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor, na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão ao FNDE e/ou à UNESCO e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

**Os interessados deverão cadastrar o CV e submeter sua candidatura na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) do dia 28/02/2025 até o dia 14/03/2025. Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.**